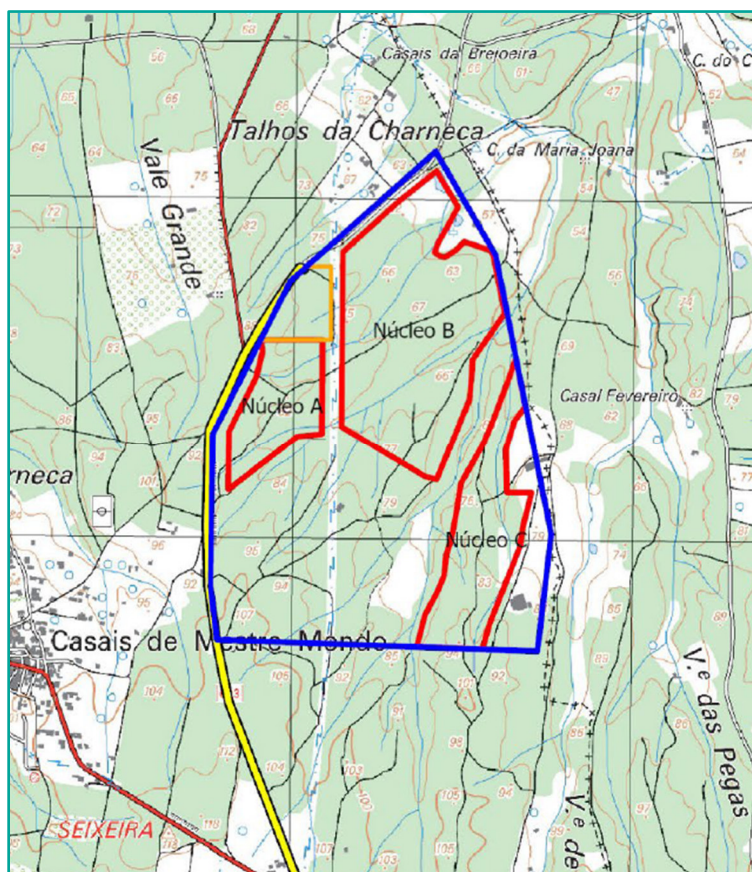


RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA



Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3911

Concessão Mineira C-185 Royal China Clay

Setembro de 2026



Título: Relatório de Consulta Pública
Concessão Mineira C-185 Royal China Clay
AIA 3911

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Miguel Couchinho; Augusto Serrano

Data: Setembro de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. O PROJETO	3
3. LOCALIZAÇÃO	3
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	5
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	5
7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	6
8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	6

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento de AIA encontra-se enquadrado no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (alterações pelo diploma Simplex Ambiental – Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de fevereiro); (Anexo I, alínea 18) Pedreiras e minas a céu aberto numa área superior a 25ha ou extracção de turfa numa área superior a 150ha.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à consulta pública do estudo de impacte ambiental do projeto “Concessão Mineira C-185 Royal China Clay – AIA 3911”.

O proponente do projeto é a empresa Motamineral - Minerais Industriais, S.A., a entidade licenciadora é a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e a autoridade de avaliação de impacte ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente.

2. O PROJETO

O projeto da Concessão Mineira C-185 “Royal China Clay” constitui um empreendimento mineiro para aproveitamento de um depósito de minerais de areias caulínicas e também de massas minerais de argila.

Na área de concessão definiram-se três núcleos (Núcleo A com 10,9 ha; Núcleo B com 28,5 ha e Núcleo C com 12 ha) num total de 51,4 ha. No Núcleo A (a Norte), será ainda instalado um estabelecimento industrial de lavagem de areias caulínicas, onde se procederá ao aproveitamento do caulino.

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de: Peniche (Freguesia de Serra D'El-Rei)



Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 22 de julho a 1 de setembro de 2026.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes portais: Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt); Participa.pt.

Foram remetidos anúncios de consulta pública para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto, nomeadamente:

Distrito do Leiria
• Peniche • Freguesia de Serra D'El-Rei

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas seguintes entidades:
 - Agência Portuguesa do Ambiente;
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
 - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA inscritas no RNOE;

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **cerca de 7368** exposições de **Cidadãos, Entidades da Administração Local e Central, assim como de ONGA, Associações, Empresas entre outras entidades.**

8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A consulta pública do projeto de “Concessão Mineira C-185 Royal China Clay” revelou uma ampla participação, com quase 7400 exposições rececionadas. Destas, a esmagadora maioria mostrou-se desfavorável ao projeto. Apenas 28 exposições de cidadãos apresentam-se favoráveis à aprovação da exploração mineira.

As participações são, de forma muito expressiva, desfavoráveis ao projeto mineiro, defendendo a emissão de uma DIA desfavorável. A oposição provém maioritariamente de residentes e utilizadores do território das freguesias e localidades situadas na área de influência do projeto, com particular incidência em Serra d'El-Rei (concelho de Peniche) e em zonas próximas do concelho de Óbidos. Os participantes consideram que a exploração mineira a céu aberto é incompatível com a vocação ambiental, turística, agrícola e residencial da região e entendem que os benefícios económicos anunciados são reduzidos face à dimensão e duração dos impactes previstos.

A saúde pública constitui uma das principais preocupações manifestadas. É receada a emissão de poeiras associadas à extração e ao transporte de materiais, destacando os potenciais efeitos da exposição à sílica cristalina respirável e a outras partículas em suspensão. Muitas participações referem riscos para a saúde das populações residentes nas imediações da exploração e criticam a insuficiente avaliação destes impactes no EIA.

A proximidade da exploração às habitações é outro dos aspetos mais contestados. Vários participantes identificam-se como residentes da área envolvente, nomeadamente de Serra d'El-Rei, considerando inadequadas as distâncias previstas entre as frentes de lavra e as zonas residenciais. São apontadas afetações diretas relacionadas com o aumento de poeiras, ruído, vibrações, perda de tranquilidade e degradação da qualidade de vida das populações mais próximas do projeto.

Os recursos hídricos constituem, igualmente, uma preocupação recorrente. São apontados impactes sobre aquíferos, poços, furos particulares, captações de água e linhas de água locais, bem como potenciais efeitos sobre a Lagoa de Óbidos. É ainda salientado o risco de agravamento da escassez hídrica regional devido ao consumo de água associado à exploração, sendo consideradas insuficientes as informações e estudos hidrogeológicos apresentados.

Outro tema amplamente abordado é o aumento do tráfego pesado, do ruído e das vibrações. Os participantes alertam para a degradação das condições de circulação

nas vias locais, o aumento dos riscos rodoviários e a perda de segurança e qualidade de vida das populações. Muitas participações referem afetações diretas ao quotidiano dos residentes e utilizadores da rede viária local, especialmente nas localidades mais próximas da exploração.

As participações destacam ainda os potenciais impactes sobre a paisagem, a biodiversidade, os solos e a floresta. São referidas preocupações com a destruição de habitats, a perda de valores naturais, a remoção de vegetação e a alteração permanente da paisagem, sendo defendido que as medidas de recuperação propostas não compensarão os danos acumulados ao longo dos cerca de 20 anos de exploração previstos.

No plano económico e territorial, são apontados prejuízos para atividades dependentes da qualidade ambiental e paisagística da região, nomeadamente o turismo, a agricultura, o alojamento local, o setor imobiliário e outras atividades associadas à atratividade dos concelhos de Peniche e Óbidos. São frequentemente apontadas afetações diretas ao valor das propriedades, aos investimentos existentes e ao modelo de desenvolvimento assente na valorização do património natural e da qualidade de vida.

Por fim, muitas participações criticam a qualidade e suficiência do EIA, apontando lacunas na avaliação dos impactes na saúde humana, qualidade do ar, recursos hídricos, segurança rodoviária e impactes cumulativos com outras explorações mineiras da região. Em síntese, as exposições desfavoráveis ao projeto, consideram que os riscos ambientais, sanitários, sociais e económicos superam largamente os benefícios do projeto, defendendo que este não deve avançar nas condições propostas.

As participações que manifestam apoio ao projeto, consideram que a análise do EIA, dos documentos complementares e do Plano de Lavra evidencia impactes ambientais reduzidos e adequadamente avaliados. Os participantes entendem que muitas das críticas dirigidas ao projeto resultam de interpretações incorretas da informação técnica disponível, de comparações com explorações mineiras de natureza distinta ou de informação considerada alarmista e descontextualizada, divulgada nas redes sociais. É, igualmente, referido que a exploração prevista corresponde a uma atividade extrativa semelhante a outras já existentes na região, sem histórico de impactes significativos para as populações envolvidas.

Os participantes destacam também a longa presença da atividade extrativa no território, referindo que a concessão existe há várias décadas e antecede vários dos empreendimentos turísticos atualmente existentes na área. Nesse período, terá desempenhado um papel relevante na economia local, através da criação de emprego para residentes de diversas localidades próximas, do apoio ao desenvolvimento de associações locais e do fornecimento de matérias-primas essenciais à construção civil e a empresas sediadas na região. É ainda salientado o contributo indireto para a atividade de empresas de transporte e outros setores económicos associados.

Relativamente aos impactes associados ao tráfego de veículos pesados, é referido que já foram implementadas soluções para minimizar conflitos com os acessos

turísticos, incluindo a criação de percursos alternativos com participação financeira privada da empresa exploradora. Defendem igualmente que a circulação prevista é compatível com a função das infraestruturas rodoviárias existentes e que os potenciais efeitos negativos têm sido sobrevalorizados pelos opositores ao projeto.

As participações sublinham ainda que explorações da mesma tipologia existem há vários anos na região sem terem constituído um problema relevante para as populações locais. Alguns participantes referem mesmo que outras atividades de extração de inertes ou obras de grande dimensão realizadas no passado suscitaram menor contestação pública, considerando desproporcionada a oposição atualmente manifestada. Neste contexto, defendem que os riscos associados ao projeto têm sido exagerados e não correspondem à realidade observada em explorações semelhantes.

Em síntese, estas participações consideram que o projeto apresenta benefícios económicos, sociais e estratégicos relevantes, destacando a criação e manutenção de emprego, a dinamização da economia local, o apoio a atividades industriais e de construção, bem como o aproveitamento de recursos minerais nacionais. Os participantes entendem que os impactes ambientais previstos são reduzidos e controláveis e manifestam, por isso, concordância com o avanço do projeto.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA
Concessão Mineira C-185 Royal China Clay
AIA 3911



Augusto Serrano